

A Burguesia Brasileira e o Mercosul: entre o Movimento Pendular e o Regionalismo Negociado (2012-2022)¹

*The Brazilian Bourgeoisie and
Mercosur: between Pendular*

Movement and Negotiated Regionalism (2012-2022)

*La Burguesía Brasileña y el Mercosur:
entre el Movimiento Pendular y el Regionalismo
Negociado (2012-2022)*

DOI: 10.21530/ci.v18n3.2023.1371

Tatiana Berringer²

Kayque Ferraz³

Resumo

Este artigo analisa posições da burguesia interna brasileira em relação ao Mercosul entre 2012 e 2022. As crises do período alteraram a construção do regionalismo multidimensional e levaram ao retorno do regionalismo aberto. Utiliza-se do arcabouço teórico de Nicos Poulantzas e realiza-se uma pesquisa empírica em

1 Estudo realizado no âmbito do Projeto “A Crise Política, a Nova Direita, o Estado e os Conflitos de Classe no Brasil” (CNPq).

2 Doutora e mestre em Ciência Política pela Unicamp. Professora Adjunta (C3) de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC. (berringer.tatiana@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1839-914X>.

3 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC (PPGEPM/UFABC). (kayquefcosta@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8722-8811>.

Artigo submetido em 04/07/2023 e aprovado em 19/03/2024.

Copyright: • This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



documentos das associações empresariais que representam a burguesia interna. A hipótese é que essa fração de classe reagiu às mudanças na política internacional e à crise política doméstica. Defende-se que a posição e os interesses da burguesia interna variaram conformando um movimento pendular que transitou entre o regionalismo aberto e o regionalismo negociado.

Palavras-chave: Burguesia; Regionalismo; Bloco no poder; Mercosul; Estado.

Abstract

This article analyzes the positions of Brazilian internal bourgeoisie regarding Mercosul between 2012 and 2022. The crises of the period altered the construction of multidimensional regionalism and led to the return of open regionalism. The theoretical framework of Nicos Poulantzas is used, and an empirical research is carried out in documents of the business associations that represent the internal bourgeoisie. The hypothesis is that this class fraction reacted to changes in international politics and to the domestic political crisis. It is argued that the position and interests of the internal bourgeoisie varied, conforming a pendulum movement that transitioned between open regionalism and negotiated regionalism.

Keywords: Bourgeoisie; Regionalism; Power block; Mercosur; State.

Résumen

Este artículo analiza las posiciones de la burguesía interna brasileña en relación al Mercosur entre 2012 y 2022. Las crisis del período alteraron la construcción del regionalismo multidimensional y llevaron al retorno del regionalismo abierto. Se utiliza el marco teórico de Nicos Poulantzas y se realiza una investigación empírica en documentos de las asociaciones empresariales que representan a la burguesía interna. La hipótesis es que esta fracción de clase reaccionó a los cambios en la política internacional y a la crisis política interna. Se argumenta que la posición y los intereses de la burguesía interna variaron conformando un movimiento pendular que transitó entre el regionalismo abierto y el regionalismo negociado.

Palabras clave: Burguesía; Regionalismo; Bloque en el poder; Mercosur; Estado.

Introdução

O Mercosul completou 30 anos de existência em 2021. A parceria entre os Estados brasileiro e argentino é a base deste processo. Os dois Estados se aproximaram no final dos anos 1970, com o Acordo Nuclear bilateral e o Acordo Tripartite de Itaipu. Nos anos 1980, com a redemocratização, consolidaram acordos de cooperação bilaterais que evoluíram para a construção do bloco. Desde 1991, o Mercosul viveu diversos momentos que envolveram avanços, aprofundamentos, alargamentos, mas também, crises e retrocessos. Neste artigo focamos no período iniciado em 2012, cujos reflexos da crise financeira de 2008 nos EUA, e a consequente transformação na economia política internacional se fizeram sentir na América do Sul. Isto porque a diminuição da demanda internacional por *commodities*, o aumento da remessa de lucros ao exterior, a nova presença da China na região, as negociações dos mega-acordos de comércio, e outros fatos se entrelaçaram com os interesses de classe internos e alteraram a dinâmica da política regional no Cone Sul.

O trabalho utiliza o arcabouço teórico do marxista Nicos Poulantzas e as contribuições elaboradas por alguns de seus intérpretes. Nos baseamos em estudos sobre o regionalismo sul-americano que analisam os interesses das classes e frações de classes sociais nos processos de integração, especialmente trabalhos nossos e de alguns especialistas neste tema: Berringer (2015, 2017), Granato (2020), Cavalcanti e Granato (2020), Ferraz (2021a), Berringer e Ferreira (2022) e Botão (2023).

A hipótese do trabalho é que a burguesia interna brasileira, fração de classe dominante que se fortaleceu no início dos governos Lula (2003) e ocupou a hegemonia do bloco no poder no Brasil entre 2008 e 2012, dividiu-se, e se juntou à frente neoliberal ortodoxa, passando a apoiar o golpe de 2016. Diante disso, essa fração reivindicou mudanças na política externa e regional. A burguesia interna brasileira passou então a defender o abandono do regionalismo multidimensional e o retorno do regionalismo aberto. No entanto, ao longo dos anos, observamos um movimento pendular, que, em 2020, acabou conformando o que estamos chamando de *regionalismo (econômico) negociado*. Elaboramos esse último modelo tendo em vista os interesses da burguesia interna brasileira ao longo das três décadas de existência do bloco.

Para entendermos esse processo, realizamos uma pesquisa empírica com análise de documentos e declarações emitidos por entidades de classe da burguesia interna brasileira, como FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), CNI (Confederação Nacional da Indústria), ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e APROSOJA MT (Associação dos Produtores de Soja e Milho do estado de Mato Grosso).

Além desta introdução, o artigo conta com mais quatro seções. Na primeira, apresentamos a relação entre as frações de classe, o bloco no poder e o modelo de regionalismo. Na segunda seção, trazemos uma visão geral da trajetória do Mercosul dividida em períodos. Na seção seguinte, apresentamos as posições assumidas pelas entidades representativas da burguesia interna brasileira no período de crises e incertezas no Mercosul (2012-2022). Na quarta seção, a partir dos posicionamentos da burguesia interna, caracterizamos o Regionalismo Negociado. Por fim, encerramos o nosso texto com a retomada dos pontos centrais e sintetizando as conclusões do trabalho acerca dos interesses da burguesia brasileira em relação ao bloco, apontando para um processo pendular entre os modelos de regionalismo multidimensional, aberto e negociado. Começamos com a teoria.

Teoria: Burguesias e regionalismo

Os estudos de regionalismo tiveram forte influência do neofuncionalismo e do intergovernamentalismo, duas abordagens teóricas que têm como pano de fundo a integração regional europeia, e que também influenciam as análises sobre o Mercosul.

Para Ernst Haas (2004), autor do neofuncionalismo, o processo de integração europeu teve início com a cooperação entre as elites locais (empresas) e acabou se espalhando para as elites políticas. Assim, conformaram-se novos arranjos políticos e institucionais, que buscaram construir uma nova lealdade (uma identidade ou um novo contrato social coletivo). Isto é: a integração de alguns setores leva a pressões técnicas para integração de outros

setores, criando um processo de *spillover* que poderá desaguar em um novo centro político constituído por uma “estrutura institucional transnacional” com tendência à supranacionalidade e ao enfraquecimento do Estado-nação. Olhando para a integração sul-americana, Medeiros (2002), Moura (2012), Malamud e Dri (2013) e Mariano e Ribeiro (2020), se inspiraram nesta teoria e defendem que a integração regional sul-americana deveria seguir os passos do que aconteceu no continente europeu.

O intergovernamentalismo proposto por Andrew Moravcsik (1993) assenta-se em uma vertente liberal, e reafirma o Estado como aquele que conduz às negociações domésticas e interestatais sobre a integração. Partindo da existência de conflitos sociais domésticos, entre grupos de interesse, o Estado busca conformar consensos e preferências nacionais e então negocia de forma racional com outros Estados através das instituições internacionais. Diferente do neofuncionalismo, vê as instituições como espaços de cooperação interestatais que amenizam as incertezas das negociações. Assim, o Estado é o ator central tanto nas negociações das preferências domésticas, quanto na barganha internacional entre os Estados. As instituições regionais são, portanto, fóruns de negociação intergovernamentais, através das quais os Estados-nações podem se fortalecer enquanto tal. Onuki e Oliveira (2006), Pecequillo (2013), Lima (2013) e Vigevani e Ramanzini (2014) desenvolveram estudos sobre o Mercosul partindo desta perspectiva.

Neste artigo, analisamos o regionalismo do sul-americano a partir da teoria marxista. Consideramos que as disputas no interior da formação social nacional entre classes e frações de classes têm influência na política do Estado (econômica, social e externa) e no processo de integração. Nosso referencial teórico repousa nas contribuições do teórico greco-francês, Nicos Poulantzas. As reflexões dele sobre a Comunidade Econômica Europeia convergem, de certa forma, com o intergovernamentalismo, pois defende que a integração não enfraquece o Estado-nação. Pelo contrário, o Estado precisa negociar a nova relação que se estabelece com as burguesias locais e o capital externo face ao processo de integração regional e de internacionalização produtiva (Poulantzas 1978).

Poulantzas (2019, 240-241, grifo do autor) explica que o bloco no poder é uma “*unidade contraditória particular das classes ou frações de classe*

politicamente dominantes, em sua relação com uma forma particular do Estado capitalista”, ou seja, há uma constante disputa entre as frações da classe burguesa no interior do bloco no poder. Isso é importante para nós, pois as mudanças do Mercosul e nos tipos de regionalismo estão atreladas a essas disputas. Segundo ele, a classe burguesa teria três tipos de clivagens: (i) a *burguesia compradora*, reprodutora dos interesses do capital externo na formação social dependente, (ii) a *burguesia nacional*, fração com interesses conflituosos com o capital externo, e (iii) a *burguesia interna*, fração de classe detentora de uma base própria de acumulação, podendo assumir posições conflitivas com o capital externo, mas incapaz de romper com sua dependência (Poulantzas 1978, 76-78). Essas frações da classe burguesa disputam constantemente a hegemonia do bloco no poder. Em termos práticos, a fração de classe hegemônica no bloco no poder tem seus interesses priorizados pelas políticas do Estado.

A teoria poulantziana tem sido utilizada para pensar a Política Externa Brasileira e sua relação com as classes sociais (Berringer 2015). Berringer (2015, 2017) e Granato (2020), por exemplo, direcionaram esforços na aplicação dos conceitos formulados por Poulantzas para entender a integração regional sul-americana e sua relação com os blocos no poder da região. Berringer (2015) mostra que a política externa é utilizada como instrumento de realização de interesses de classes e varia de acordo com a correlação de forças entre as frações de classe no bloco no poder. O Estado capitalista, diferente do entendimento dos realistas nos estudos de Relações Internacionais, não é unitário, racional e neutro. Para o marxismo, o Estado é atravessado pelos conflitos de classe (Berringer 2014). Dessa forma, para pensar sua atuação face à integração regional, é preciso compreender como as frações de classe influenciam a política externa. Assim, ao analisarem a América do Sul, Cavalcanti e Granato (2020, 67) entendem que a integração não é um arranjo que resulta apenas de acordos intergovernamentais, mas sim “produto das disputas e interesses de classes e frações de classe que, local e internacionalmente, perpassam o aparelho estatal”. Isso significa que mesmo com as significativas mudanças entre os períodos do Mercosul, por exemplo, ele é resultado dos interesses internos de classes em disputa.

Para Berringer e Ferreira (2022) existe uma relação entre a fração hegemônica no bloco no poder e o modelo de regionalismo pautado por determinado Estado. Isso implica dizer que os regionalismos são um “arranjo instável e temporário entre blocos no poder” (Berringer e Ferreira 2022, 5, tradução nossa), ou seja, são processos que estão em constante mudança dadas as disputas entre as frações de classes, e dada a influência da política internacional (a relação entre os Estados imperialistas, as crises econômicas e políticas, as guerras, etc). Os Estados capitalistas e dependentes podem, através do regionalismo, ampliar suas margens de manobra e esfera de influência, especialmente quando se tratam dos Estados-partes com maior capacidade de influência e direção sobre o processo. Quando olhamos para o regionalismo sul-americano, observamos que as oscilações enfrentadas na região são resultados das mudanças na configuração do bloco no poder. É isso que defendemos nas próximas páginas a partir do ferramental teórico poulantziano.

No quadro abaixo, observam-se sistematizadas essas relações entre fração burguesa e o modelo de regionalismo.

Quadro 1: Burguesias e Regionalismo

Fração Hegemônica	Modelo de Regionalismo
Burguesia Compradora	Aberto
Burguesia interna dirigindo uma frente política com as classes populares	Multidimensional
Burguesia Interna	Negociado
Burguesia Nacional	Anti-imperialista

Fonte: Elaboração própria.

A partir do quadro 1, defendemos que:

1. Quando a fração hegemônica no bloco no poder for a Burguesia Compradora, o modelo de regionalismo prioritariamente defendido pelo Estado é o *regionalismo aberto*. Este modelo tem como objetivo “eliminar as barreiras aplicáveis à maior parte do comércio de produtos e serviços entre os signatários” com acordos que “devem garantir uma liberalização ampla dos mercados” (CEPAL 2000, 946).
2. Quando há uma frente neodesenvolvimentista dirigida pela burguesia interna, mas que conta também com apoio das classes populares,

o *regionalismo multidimensional*⁴ se apresenta como modelo que amplia a agenda para além do comércio, atingindo as múltiplas esferas necessárias para o desenvolvimento (Granato 2015) com compromisso sociais e políticos. Este modelo conjuga diversos interesses de classes e frações de classe, normalmente conformadas em frentes políticas flexíveis e instáveis.

3. Quando a burguesia interna torna-se a fração hegemônica no bloco no poder no Brasil e/ou na Argentina, o modelo do *regionalismo negociado* pode ser adotado. É por meio dele que essa fração de classe apresenta a demanda por protecionismo seletivo e competição com o capital externo (extra-bloco) para concorrer pelo mercado interno e regional. A burguesia interna prioriza a integração econômica, sem apontar para grandes compromissos políticos e sociais. Defende que a abertura comercial extra-bloco não seja unilateral, mas seja negociada.
4. Quando a Burguesia Nacional é hegemônica no bloco no poder, o modelo de regionalismo a ser pautado pelo Estado é o *regionalismo anti-imperialista*, como no caso da ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Berringer e Ferreira, 2022).

Cabe dizer ainda que há momentos de crise de hegemonia no seio do bloco no poder, que podem produzir períodos de incerteza e instabilidade como foi possível observar entre os anos 1998-2002 no Mercosul (Kfuri 2015, Berringer 2017, Ferraz 2021 a).

Neste trabalho, analisamos o Mercosul a partir do entendimento que o bloco é resultado da convergência de interesses das burguesias brasileira e argentina (Granato 2020) e, portanto, a relação entre as frações burguesas e o regionalismo sul-americano é central para entendermos as políticas externas dos seus Estados-membros. Aqui, apesar de trazermos a Argentina como uma variável, focamos na perspectiva brasileira, ou seja, mapeamos os comportamentos da burguesia interna brasileira diante dos novos contextos internacional, regional e nacional. Vejamos.

4 A literatura apresenta diversos termos para esse momento, tais como: Regionalismo Pós-liberal (Veira e Rios 2007; Sanahuja 2012), Regionalismo Pós-hegemônico (Riggirozzi e Tussie 2012), Regionalismo Multifacetado (Kfuri 2015) e Regionalismo Autônomo (Merino 2017).

Trajetórias do Mercosul de 1991 a 2022

Partindo de Kfuri (2015), a história do Mercosul pode ser dividida em quatro períodos, são eles:

- 1) 1991-1998: período do chamado Regionalismo Aberto;
- 2) 1998-2002: período de transição;
- 3) 2003-2012: período do Regionalismo Multidimensional;
- 4) 2012-2022: período de instabilidades, crises e retrocessos;
- 5) 2022- possibilidade de retorno do *Regionalismo Negociado*.

Durante o período de 1991-1998, o modelo de integração teve forte ênfase no aspecto comercial e estava atrelado ao regionalismo aberto idealizado pelos Estados Unidos e pela CEPAL cuja lógica priorizava a integração econômica via liberalização comercial. Nesse momento, década de 1990, como mostra Boito Jr (2018, 26-36), a fração hegemônica no bloco no poder no Brasil era a burguesia compradora (ou associada). Dessa forma, o Mercosul, atendeu aos interesses dessa fração de classe que se beneficiava de políticas liberais, tais quais a desregulamentação econômica e a liberalização comercial. Contudo, a burguesia industrial, beneficiada pelo grande aumento das trocas comerciais intra-bloco, passou a entender a importância do bloco, preocupando-se com os rumos que a assinatura da ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas) e o aprofundamento do neoliberalismo poderiam implicar para a sobrevivência desse espaço importante para as suas exportações (Berringer 2015).

Na Argentina, durante os governos Menem (1989-1999), a política externa seguiu a orientação do realismo periférico de Carlos Escudè (Oliveira 2018). A política do Estado era de subordinação passiva aos EUA, e o programa político econômico era o neoliberal radical. Assim, o país sofreu o impacto negativo desta opção, e viveu uma série de crises políticas entre os anos 2000 e 2001, que garantiram a vitória de Nestor Kirchner em 2002.

Entre 1998 e 2002, as contradições no seio do bloco no poder no Brasil tornaram-se latentes, especialmente no período, quando o Mercosul viveu a sua primeira crise. Isso porque a crise cambial no Brasil e a crise econômica e política na Argentina se entrelaçaram e produziram instabilidades para o bloco (Kfuri 2015).

Boito Jr (2012) indica que setores importantes da burguesia interna que apoiaram o programa neoliberal no início da década de 1990, nesse período começaram a rever suas posições. Isso possibilitou a formação de uma frente política junto às classes dominadas que chegou ao governo em 2002 com a eleição de Lula – a frente neodesenvolvimentista. O relançamento do Mercosul, em 2003, e a criação da Unasul (União de Nações Sul-Americanas), em 2008, estavam no centro da estratégia de inserção internacional do Estado brasileiro que visava alcançar mais margem de manobra em relação ao imperialismo (Berringer 2015; 2017). Entre 2003 e 2012, o Estado brasileiro deu prioridade aos interesses da burguesia interna, força dirigente da frente neodesenvolvimentista, e alçou-a à posição hegemônica no bloco no poder em 2008 (Boito Jr. 2018). Essa fração de classe reunia setores como indústria, bancos, agronegócio, construção civil e outros, que estavam unificados pela disputa contra o capital financeiro internacional (Boito Jr. 2012). O Mercosul era o projeto de integração que melhor possibilitava o alcance dos interesses dessa fração, pois garantia expansão de suas exportações de manufaturados e de serviços.

A partir de 2003, no Brasil e Argentina, com governos Lula e Kirchner, o programa neodesenvolvimentista foi adotado, e as políticas externas privilegiaram a integração regional. Iniciaram arquivando o projeto da ALCA, e relançando o Mercosul, depois criaram a Unasul e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). O regionalismo sul-americano passou então a seguir uma estratégia de atuação com novas dimensões para além das relações econômicas: o regionalismo multidimensional. Com ele, o Mercosul “ultrapassa os limites da noção econômica, uma vez que essa só se faz por meio de múltiplas esferas que se mostram necessárias para o desenvolvimento de cada um dos países componentes do bloco” (Granato 2015, 116). Entre essas esferas destacam-se a criação do Parlamento (Parlasul), do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), para a correção de assimetrias, das Cúpulas Sociais e do Instituto Social do Mercosul. Mas, com a eclosão da crise financeira de 2008 nos EUA e depois na Europa em 2011, iniciou-se uma transformação na economia política internacional, que produziu efeitos na América do Sul a partir de 2011 e 2012.

A diminuição da demanda por *commodities*, o aumento da remessa de lucros ao exterior, a nova presença da China na região, a crise econômica na Argentina, o golpe do Paraguai e a entrada da Venezuela no Mercosul, e outros elementos se entrelaçaram, ou até de certa forma produziram a crise econômica na Argentina, que levou a eleição de Mauricio Macri em 2015, e a crise política no Brasil que resultou no golpe de 2016 contra Dilma Rousseff (Oliveira 2018). Além disso, as negociações dos mega-acordos de comércio como a Aliança para o Pacífico, o TPP, TISA e o Transatlântico que os EUA apresentaram como expressão do seu conflito com o Estado chinês, trouxeram novos ares para a região, especialmente, reativaram o medo de isolamento que havia aparecido nos anos 1990 quando o Consenso de Washington e a agenda do neoliberalismo foram apresentados. Assim, após uma década de convergência política entre Brasil e Argentina, houve mudanças no bloco no poder nos dois Estados e o retorno de programas políticos neoliberais que passaram a reivindicar o modelo de regionalismo aberto para o Mercosul.

A burguesia interna e o Mercosul de 2012 a 2022: crises, instabilidades e retrocessos

Em 2012 a burguesia interna “foi atraída para o campo político da burguesia associada” e passou a apoiar o golpe, ainda que tardiamente, em 2015 (Boito Jr. 2018, 214). Isso explica *a crise no interior do bloco no poder no Brasil que altera a hegemonia interna e, conseqüentemente, o modelo de regionalismo em curso*. No primeiro momento, com a nova matriz de política econômica do primeiro governo Dilma, houve um descontentamento do capital financeiro e da burguesia a ele associada (Boito Jr. 2018, 214), que passaram a adotar uma posição ofensiva contra a política neodesenvolvimentista dos governos PT. Isso encontrou eco devido à diminuição do PIB e o acirramento dos conflitos distributivos face à política de aumento real do salário mínimo e o crescimento do número de greves vitoriosas em 2012 e 2013 (Boito Jr. 2018). Diante disso, a burguesia interna passou a se fragmentar e a mudar algumas das suas prioridades. No que tange à política regional, as críticas à política externa dos governos PT começaram a se tornar mais fortes. Deu-se início a um novo período dentro do Mercosul permeado por crises, instabilidades e retrocessos, que em 2022, com a eleição de Lula parecem retomar os trilhos do *regionalismo*

negociado. Assim, conforma-se um movimento pendular⁵ da burguesia interna em relação ao regionalismo mercosulino. Vejamos.

Entre 2003 e 2010, ainda havia certo consenso na burguesia brasileira sobre a política externa para América do Sul, com declarações de apoio e da importância do Mercosul e da Unasul. Contudo, com os impactos da crise de 2008 se agravando na região, a partir de 2012, os questionamentos sobre o modelo de regionalismo ganharam maior frequência e intensidade. Primeiro, face às medidas protecionistas adotadas pela Argentina, apareceram questionamentos sobre a eficácia do bloco e a posição do Estado brasileiro. Em 2010, por exemplo, a CNI frisava a importância do Mercosul para a indústria brasileira e avaliava que a queda nas exportações brasileiras para a América do Sul era resultado das políticas protecionistas da Argentina e nos anos seguintes apontou formas de mudanças no interior do bloco e na atuação brasileira no Mercosul. Nos documentos emitidos, a entidade registrou que:

O Mercosul é um importante espaço econômico para a indústria brasileira. Essa importância deve-se não apenas por sua participação nas exportações de produtos manufaturados, mas pelos investimentos diretos que empresas brasileiras de diversos setores fizeram na região ao longo da última década. Apesar disso, a participação dos produtos brasileiros nos mercados vizinhos vem caindo nos últimos anos, em grande parte como efeito de medidas protecionistas adotadas pela Argentina e que ferem as regras do bloco regional (CNI 2010, 189).

Tanto a CNI, quanto a Fiesp afirmavam que era preciso solucionar os entraves do comércio intrabloco do Mercosul, permitir a negociação com países extrabloco (CNI 2014c) e flexibilizar as regras de negociação (Barbosa 2013; CNI 2014b). As entidades argumentavam que a imperfeição da União Aduaneira, as exceções à TEC (Tarifa Externa Comum) e a Decisão 32/00 – norma que obriga os Estados membros do Mercosul a negociarem conjuntamente acordos de comércio com países ou blocos extrazona (MERCOSUL 2000) – eram os grandes entraves do comércio intrabloco e barreiras para os acordos extrarregionais.

5 Martuscelli (2018) indica que o movimento pendular das burguesias brasileira e argentina diante das diferentes conjunturas é observado no comportamento dessa fração perante as classes dominadas, o capital estrangeiro, a política econômica e o intervencionismo estatal. Acrescentamos aqui que há também um movimento pendular diante da política externa e, no caso, do modelo de regionalismo (Ferraz 2021a).

Assim, demandavam o protagonismo do Estado brasileiro em prol da flexibilização dessas regras para concretização dos acordos extra-bloco (CNI 2013, FIESP 2013). Ademais, frisavam, como bem registrou Rubens Barbosa (2013) – presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp –, ao falar sobre o Acordo Mercosul-União Europeia, que, se os demais Estados membros do Mercosul fossem empecilhos, o Brasil deveria flexibilizar as regras e atuar através do Mercosul. Em suas palavras:

Caso a Argentina e a Venezuela se tornem um empecilho para a conclusão do acordo, o Brasil deveria flexibilizar as regras atuais e, sob a égide do Mercosul, examinar as listas de produtos individualmente com o parceiro europeu. A decisão de negociar com uma única voz é um falso dilema, pois nada impede acomodar as circunstâncias econômicas e comerciais de cada país por meio de uma diferenciação de listas e cronogramas (Barbosa 2013).

Nesse sentido, a proposta de uma flexibilização do Mercosul ganhou corpo. A CNA defendia que os acordos bilaterais e os mega-acordos regionais deveriam ser prioridade. Para a entidade, o arcabouço jurídico-administrativo do Mercosul impedia a concretização dos acordos bilaterais e atrapalhava a participação do Brasil nos grandes acordos com EUA, União Europeia e Ásia. Assim, esperava uma “[...] definição de uma estratégia de política comercial clara e objetiva que resgate a autonomia do Brasil para negociar acordos comerciais independentemente do Mercosul” (CNA 2014, 37).

Observamos que os acordos extrarregionais eram pontos importantes na proposta de flexibilização da burguesia, em especial o Acordo Mercosul-União Europeia. A Fiesp (2013b, 12-13) registrou que

Para o Brasil, a assinatura de um Acordo de Livre-Comércio com a União Europeia seria um importante estímulo na estratégia de integração nas cadeias globais de valor. Além da redução de tarifas para o comércio de bens com o maior bloco econômico do mundo, o acordo fomentaria os investimentos recíprocos e as transações de serviços. O aumento esperado nos negócios, por sua vez, pode ser considerado um catalisador para a transferência de tecnologia e a modernização do parque produtivo brasileiro (FIESP 2013, 12-13).

Nesse mesmo sentido, como proposta, o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi, afirmou que “o Mercosul é importante para o Brasil, mas insuficiente para alavancar as exportações brasileiras” e que “o país, diz ele, precisa tomar para si o papel de líder da América Latina e incentivar o Mercosul a mudar as normas do bloco regional para que os sócios possam negociar outros acordos [...]” (CNI 2013). Assim, a avaliação da CNI foi caminhando para a ideia de que “[...] o Mercosul é importante, mas não é capaz de fornecer todo o ambiente de comércio, investimentos e tecnologias necessário à indústria brasileira” (CNI 2014a, 12). Nota-se o anseio face aos mega-acordos regionais propostos pelos Estados Unidos tendo em vista a competição com a China, especialmente o TPP – *Trans-Pacific Partnership*.

A retomada das negociações preferenciais – agora envolvendo vários dos maiores players do comércio mundial – poderá promover mudanças importantes nas condições de acesso aos principais mercados mundiais. Além de preferências tarifárias, essas negociações tendem a se consolidar como lócus de produção de novas regras para o comércio mundial. Essa nova configuração dos acordos preferenciais aumenta os custos da não participação (CNI 2014b, 14).

Nesse quadro, ressurgem com força a preferência pelo avanço nas negociações do Acordo Mercosul-União Europeia, e por outros acordos, tais como com os EUA, Índia, África do Sul e México (UOL 2013 ; CNI 2014b).

De forma bastante pontual, a ABAG apontou o bloco como uma ameaça para o agronegócio. Escreveu: “O Brasil está ficando de fora da tendência internacional de formação de blocos ao manter foco apenas no Mercosul” (ABAG 2015a, 2). Mas para a Fiesp,

[...] a afirmação de que a participação do Brasil no MERCOSUL é um impeditivo para a realização de acordos preferenciais de comércio é um falso problema. Não apenas as regras do MERCOSUL são suficientemente flexíveis para acomodar as prioridades dos membros – vide a suspensão do Paraguai do bloco –, como há formas construtivas para acomodar as circunstâncias individuais de cada Estado (FIESP 2013, 9).

Além disso, a Fiesp (2013b) e a CNI (2016, 2017) indicam que outros países da América do Sul davam passos importantes na direção de propostas circunscritas apenas pelo livre-comércio, como o Chile com 27 Acordos Preferenciais de Comércio, seguido por Peru com 14, e Colômbia – com o acordo com os EUA (que entrou em vigor em 2012), e o acordo com a União Europeia (finalizado em 2013), com participação também do Peru. Além disso, destaca-se a negociação do TPP e o estabelecimento da Aliança do Pacífico. Esse quadro apresentava-se como uma situação para o Mercosul rever sua agenda econômico-comercial (CNI 2016) e negociar acordos comerciais também com a Aliança do Pacífico (CNI 2017).

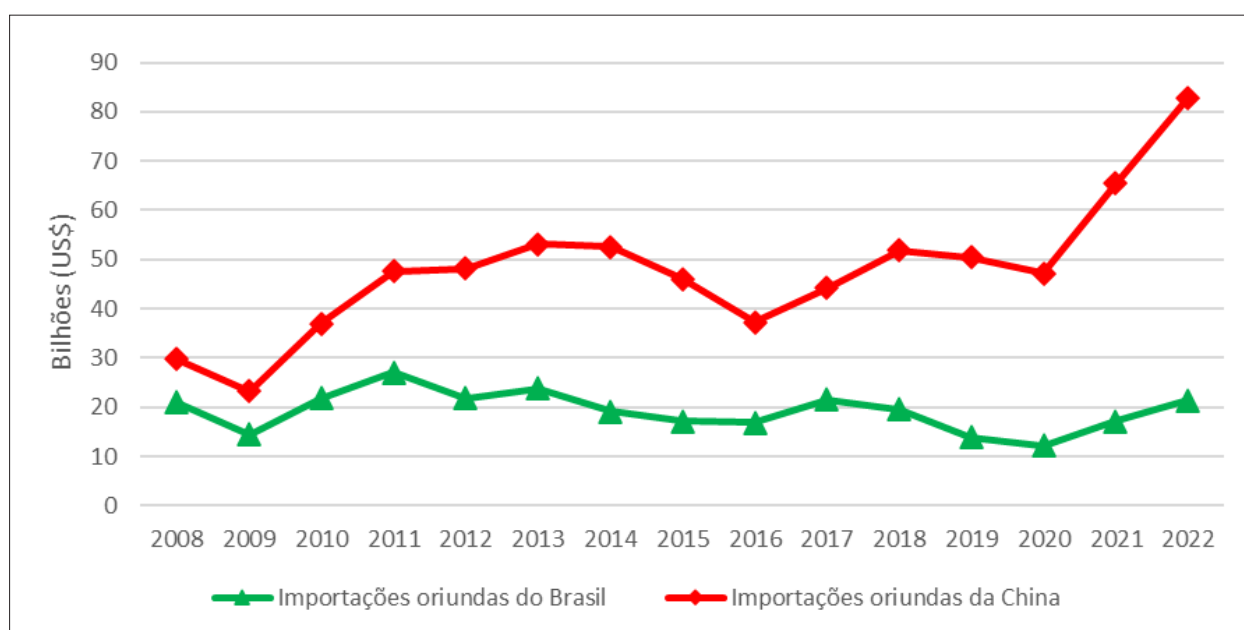
Um tema que causou forte impacto na burguesia interna brasileira foi a suspensão do Paraguai e a entrada da Venezuela no Mercosul. Para a CNA, isso foi uma das barreiras que “[...] inviabilizaram, nos últimos anos, a formação do consenso intrabloco, necessário para negociar acordos extrarregionais” (CNA 2014, 37). Barbosa (2013), em nome da Fiesp, escreveu que “a Fiesp propõe a imediata reincorporação do Paraguai ao Mercosul e a efetiva incorporação da Venezuela às regras do bloco”. Isto é: tendo em vista os Protocolos de Ushuaia (1998 e 2012) que determinam a suspensão dos Estados membros em caso de rompimento democrático, Barbosa propunha que a democracia no país vizinho pudesse ser investigada. Em documento formal de posição, a entidade sublinhou que essa demanda era condição essencial para o futuro do Mercosul (FIESP 2013).

Esse tópico é importante, pois foi interpretado pelas associações como uma politização do bloco que deveria ser evitada (Barbosa 2013, FIESP 2013, CNA 2014, CNI 2014b, CNI 2015). Os compromissos políticos e sociais na agenda do Mercosul nesse período foram vistos pela burguesia interna como barreiras que atrasam o avanço comercial do bloco (Barbosa 2008). Diante disso, e dos desdobramentos da crise política brasileira de 2016, esses compromissos acabaram ruindo. Em 2016, as Cúpulas Sociais do Mercosul foram suspensas. Em 2017, o Estado venezuelano foi suspenso do bloco, sob a acusação de romper com a democracia (Mercosul, 2017). Ademais, houve um esvaziamento da Unasul e a criação do Grupo de Lima.

Somou-se ainda nesse quadro, o efeito do aumento das exportações chinesas para o bloco e a diminuição das exportações brasileiras aos Estados

mercosulinos. A participação da China no comércio total do Mercosul mantém um ritmo de crescimento desde 2005 (7,1%), alcançando 15,8% em 2014 (Bastos e Hiratuka 2017). Entre 2001 e 2014, a presença das exportações chinesas aumentou o volume absoluto e relativo do nível de ameaça direta às exportações no Mercosul; ao Brasil a ameaça representou 57% (US\$11.082,3 milhões) do total exportado em 2014 (Hiratuka 2016, 228-229). Existe, de fato, uma tendência crescente das importações chinesas para o Mercosul, enquanto as importações brasileiras não seguem esse ritmo, conforme visualiza-se no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Importações do Mercosul (2008-2022) (bilhões de dólares)



Fonte: Elaboração própria com dados do SECEM/MERCOSUR (s.d)

Bastos (2017, p.26) aponta que há um “declínio do entusiasmo da indústria brasileira” em relação à integração comercial sul-americana. Nesse contexto, em 2011, a ABIMAQ considerava a China como responsável pelo déficit na balança de comércio do setor de máquinas e equipamentos. Dada a “concorrência predatória”, a entidade demandava que as importações chinesas fossem freadas, pois o setor não conseguia acompanhar a concorrência de forma competitiva (ABIMAQ 2011a, 2).

A Fiesp defendia que a relação com a China era uma prioridade da política externa brasileira, mas sublinhou que era necessário um maior equilíbrio entre os dois países (FIESP 2013, 17). Para a Federação, o ambiente produtivo chinês intensificaria o movimento de empresários chineses para novos mercados, e o

Brasil “seria uma opção efetiva à intensificação do IED [Investimento Externo Direto] chinês, em razão de seu mercado interno pujante e a possibilidade de acesso aos mercados dos países vizinhos na América Latina” (FIESP 2014, 18). Além disso, colocou-se favorável ao “aprofundamento das relações e alinhamento das expectativas econômicas, de modo a viabilizar o incremento da transparência e da previsibilidade nas relações econômicas bilaterais” (FIESP 2014, 19).

Na mesma linha, o agronegócio pautava a intensificação das relações com a China. Para a CNA, por exemplo, era preciso, além de ampliar a pauta exportadora, estabelecer acordos em outras frentes, tendo em vista que “trata-se de uma oportunidade de parceria ganha-ganha, de médio e longo prazo, que pode beneficiar tanto os produtos já exportados para o país asiático quanto para novos produtos como frutas, lácteos, café e alimentos processados” (CNA [2017], 69). Em concordância, a ABAG (Associação Brasileira de Agronegócio) avaliou a China como destino mais relevante dos produtos brasileiros (ABAG 2015b, 4). A APROSOJA MT, representada por seu presidente Ricardo Tomczyk, recebeu o primeiro-ministro chinês em 2015, e declarou que era preciso manter um “relacionamento de aproximação” com vistas a oportunidades de investimentos chineses no Mato Grosso e à ampliação da relação comercial com a China (APROSOJA MT 2015).

2020 a 2022: O Regionalismo Negociado

As entidades representativas da burguesia interna brasileira passaram a ter uma agenda propositiva de reforma neoliberal do Mercosul, apontando para o abandono do regionalismo multidimensional e o retorno do modelo de regionalismo aberto. As pautas que passaram a ser prioridade, conforme demonstraremos abaixo, foram: a suspensão da TEC, o rompimento da decisão 32/00 e a ratificação do acordo Mercosul-União Europeia (Botão 2023).

É preciso também registrar algo já percebido até aqui. O agronegócio se posicionou poucas vezes sobre o tema da integração regional e do Mercosul. As entidades de classe que representam essa parcela da burguesia interna dizem mais quando o tema da política externa envolve as relações com China e Europa, tendo em vista que o primeiro é um grande importador de *commodities* brasileiras, e o segundo negociava à época o Acordo Mercosul-União Europeia, sobre o qual as expectativas eram evidentes (CNA 2010, 50-51; ÍCONE 2012).

Granato, Uberti e Menger (2021) mostram que a burguesia agrária brasileira apresenta maior constância nos posicionamentos sobre o Mercosul após o golpe de 2016. Até o governo Dilma, existia o entendimento entre ABAG e CNA de que a prioridade deveria ser para os acordos bilaterais em detrimento do Mercosul, mas após 2016 há mudanças nesse entendimento. As associações declararam, a partir de então, que o Mercosul era uma peça central na política externa, mas, no mesmo sentido da burguesia industrial, o bloco precisaria ser formatado, aproximando-se do modelo de regionalismo aberto.

A partir do governo Temer, com a burguesia compradora se fortalecendo no bloco no poder, o Estado brasileiro adotou outra política externa e estabeleceu como meta um Mercosul comercial. Já na nomeação de José Serra para Ministro das Relações Exteriores as novas prioridades puderam ser percebidas, com acenos à União Europeia para a conclusão das negociações do acordo com o Mercosul, e ao Mercosul para “corrigir o que precisa ser corrigido” (Serra 2016). Dado a curta duração do mandato, essas formulações foram conduzidas de forma mais incisiva pelo governo seguinte, o governo Bolsonaro, em especial destaca-se a conclusão das negociações do acordo Mercosul-União Europeia e a proposta de reforma da TEC, bem como o abandono da decisão 32/00 (Ministério da Economia 2021a; 2021b).

A conclusão do acordo Mercosul-União Europeia em 2019, após vinte anos de negociação, foi um enorme marco do governo Bolsonaro. Mas, logo em seguida, foi preciso lidar com um conjunto de reações e manifestações sociais e estatais na Europa, que se colocaram contrárias à ratificação do mesmo. Os movimentos de pequenos agricultores, ambientalistas e sindicalistas se unificaram contra a política de desmatamento do governo Bolsonaro e contra o modelo de produção do agronegócio brasileiro. E isso levou a mudança de posição, em especial, dos Estados alemão e francês acerca da ratificação do acordo, o que acabou produzindo efeitos na política brasileira.

Além disso, já havia uma diferença na configuração entre os blocos no poder argentino e brasileiro, que durante a pandemia da Covid-19 foi bastante visível. Barros, Gonçalves e Samurio (2020) argumentam que a tendência à desintegração política da América do Sul foi acirrada durante a pandemia. Granato e Berringer (2020), na mesma linha, apontam que as burguesias argentina e brasileira apresentavam visões irreconciliáveis. Nesse mesmo

sentido, entendemos que o Estado brasileiro buscou utilizar do caos pandêmico para flexibilizar o Mercosul e direcioná-lo para o modelo de regionalismo aberto (Ferraz 2021b). Porém, o Estado argentino, já sob o governo Fernandez, apresentou contrapontos ao avanço do desenho do bloco nos moldes propostos, em especial, o acordo com o Mercosul-União Europeia aprovado em 2019 e aguardando ratificação e o acordo Mercosul-Coreia do Sul. Além desse descompasso, registra-se que, na ocasião de vitória de Fernandez na eleição de 2019, Bolsonaro lamentou publicamente o resultado na eleição, disse que “a Argentina escolheu mal” e ainda aventou a ideia de afastar a Argentina do Mercosul caso Fernandez apresentasse algum empecilho aos seus planos para o acordo Mercosul-União Europeia (Pinto 2019).

No que tange à redução da TEC, cuja negociação se deu em 2020, a burguesia interna brasileira acabou não aceitando uma proposta brusca de abertura unilateral que o governo Bolsonaro apresentou. Isso se encontrou com a posição do Estado Argentino (Botão 2023). Nesse sentido, o Conselho Empresarial Brasil-Argentina declarou:

consideramos inadequado propor sua redução unilateral em uma situação global tão complexa e incerta, o que também cria a dificuldade de mensurar seu impacto competitivo na atividade produtiva da região, em face da concorrência desleal iminente da produção mundial excedente de bens em condições não competitivas.

[...] no que se refere às negociações comerciais com terceiros países, é imprescindível que se mantenha a obrigação do bloco em atuar conjuntamente, a fim de preservar e ampliar a capacidade negocial da região (CEMBRAR 2021).

A posição foi seguida pela CNI (2021):

De um lado, a redução unilateral das tarifas, neste momento, reforçaria uma já existente competição não isonômica devido aos problemas crônicos de competitividade do Brasil que não foram equacionados.

De outro, negociações comerciais individuais trazem tanto o desafio do enfraquecimento do bloco e de seu poder de barganha em negociações quanto o de abrir mercados para parceiros com práticas desleais e que representam efetiva ameaça à produção e emprego no país (CNI, 2021).

Também houve manifestação do *Consejo Industrial del Mercosul*:

Reafirmamos nossa preocupação diante da possibilidade de serem adotadas decisões que possam ter grande impacto na rede produtiva, especialmente neste momento tão particular da vida das economias e das sociedades de nossos países, atravessados por uma crise sanitária e em um contexto internacional de grande incerteza sobre o futuro (CONSEJO INDUSTRIAL DEL MERCOSUR, 2021).

Concluimos então que passaram a existir reclamos da burguesia interna brasileira, e da burguesia argentina, visando uma redução menor da TEC, que implica na rejeição de uma abertura comercial unilateral. Para nós, isso conforma o *regionalismo negociado*. Entendemos que o *regionalismo negociado* diz respeito ao protecionismo seletivo do Mercosul em relação ao mercado externo. Tendo em vista que a Tarifa Externa Comum é a espinha dorsal do bloco desde que se assumiu enquanto União Aduaneira em 1994. Ela confere poder político e de barganha ao bloco na cena internacional. Dessa forma, busca-se o aumento do comércio e a integração produtiva intra-bloco e uma abertura comercial negociada, isto é, não unilateral. Assim, produziu-se um movimento pendular ao longo da década que teve início entre 2012 e que se estendeu até, pelo menos, 2022, quando vimos o retorno de políticas industrialistas e integracionistas novamente nos dois principais parceiros do bloco (processo que provavelmente encontrará nova dinâmica a partir 2024 com o novo presidente na Argentina).

Considerações finais

Neste artigo analisamos o último período da história do Mercosul tendo como foco os interesses da burguesia interna brasileira. Partindo do ferramental teórico proposto por Poulantzas, afirmamos que o regionalismo resulta da articulação de interesses nos blocos no poder dos principais Estados da região e, portanto, o Mercosul altera seu modelo na medida em que a conjuntura também se altera. Isso nos difere das análises neofuncionalistas no que tange à assertiva de que a integração se aprofunda com o passar do tempo.

Mas também não compartilhamos das perspectivas e elementos levantados pelos autores que compartilham da tese do intergovernamentalismo liberal. Para nós, os interesses das classes e frações de classe é que determinam o modelo de regionalismo adotado.

A análise sobre o Mercosul entre 2012 e 2022 partiu do entendimento que esse foi um período de acirramento do conflito entre as frações de classe. Isto porque a hegemonia da burguesia interna do bloco no poder no Brasil entrou em crise em 2012 e produziu efeitos sobre o Mercosul. A fração de classe foi atraída para o campo político da burguesia associada e do imperialismo e acabou apoiando o golpe de Estado de 2016. Assim, no que tange ao Mercosul e ao regionalismo sul-americano, houve um deslocamento de interesses que acabou convergindo para o retorno do modelo de regionalismo aberto, em detrimento do regionalismo multidimensional.

Esse processo resultou dos efeitos da crise financeira de 2008 na região e das mudanças de correlações de forças domésticas e regionais. Observamos que os temas mais importantes foram: a crise econômica na Argentina em 2011, a suspensão do Paraguai e a entrada da Venezuela no Mercosul em 2012, o avanço das importações chinesas e a paralisação de acordos birregionais como o Mercosul-União Europeia. As insatisfações desdobraram-se nas seguintes propostas: flexibilização do Mercosul por meio da redução da TEC e da suspensão da Decisão 32/00, conclusão do acordo Mercosul-União Europeia, e retirada dos compromissos políticos e sociais do bloco. Porém, em 2020, quando o governo Bolsonaro propôs uma redução brusca da TEC e a ratificação do acordo Mercosul-União Europeia começou a ser questionada na Europa e na Argentina, houve um recuo da burguesia brasileira em aceitar uma abertura comercial unilateral. Isso levou a um consenso das entidades empresariais brasileiras em reclamar por uma redução menor da TEC.

Notamos que há um movimento pendular no comportamento da burguesia interna brasileira face ao regionalismo sul-americano. Apesar de, a partir de 2012, defender a flexibilização do Mercosul, os acordos comerciais extra-bloco e a abertura comercial, temas da agenda do regionalismo aberto e pautas da burguesia associada, diante da proposta de liberalização abrupta no governo Bolsonaro em 2020, e, tendo em vista a posição mais defensiva do Estado e da burguesia interna argentina, essa fração de classe recuou e defendeu uma

proposta mais branda. Assim, sustentamos que o *regionalismo negociado* define o modelo de integração dessa fração face ao Mercosul.

Referências

- ABAG. Informativo 97/2015. 2015a. Disponível em <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/Informativo-Abag-97.pdf> Acesso em 24 de outubro de 2021.
- ABAG. Informativo 95/2015. 2015b. Disponível em <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/informativo-abag-95.pdf> Acesso em 24 de maio de 2021.
- ABIMAQ. Clipping Edição nº 54 de 27/05/2011. 2011a. Disponível em www.abimaq.org.br/site.aspx/Imprensa-Clipping-Tendencias-detalle?DetalleClipping=77 Acesso em 07 de janeiro de 2020.
- APROSOJA MT. Presidente da Aprosoja recebe primeiro-ministro chinês em Brasília, 15/05/2015. 2015 Disponível em <http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/presidente-daaprosoja-recebe-primeiro-ministro-chines-em-brasilia> Acesso em 24 de outubro de 2021.
- Barbosa, Rubens. Agenda de Integração Externa. 2013 Disponível em <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,agenda-de-integracao-externa-imp-1046565> Acesso em 15 de maio de 2021.
- Barbosa, Rubens. A Política Externa do Brasil para a América do Sul e o Ingresso da Venezuela no Mercosul. Revista Interesse Nacional. n. 1. Abril-junho. p. 11-21. 2008.
- Barros, Pedro, Julia Gonçalves, e Sofia Escobar Samurio. Desintegração econômica e fragmentação da governança regional na América do Sul em tempos de Covid-19. Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI. n. 27. Maio-Ago. p. 125-144. 2020.
- Bastos, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. Revista de Economia Política Contemporânea. n. especial. p.1-63. 2017. DOI: 10.1590/198055272129.
- Bastos, Pedro Paulo Zahluth, e Célio Hiratuka. A política externa econômica do governo Dilma: comércio, cooperação e dependência. Texto para Discussão nº 306, Instituto de Economia da Unicamp. 2017.

- Berringer, Tatiana. A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula. Curitiba, Appris, 2015.
- Berringer, Tatiana. A burguesia interna brasileira e a integração regional da América do Sul (1991-2016). Revista Oikos. Rio de Janeiro.v.16, n.1. p.15-29. 2017.
- Berringer, Tatiana, e Mariana Davi Ferreira. Power Blocs and Regional Organizations in Latin America: A Poulantzian Perspective. Revista Brasileira de Política Internacional. v. 65, p. 1-16, 2022.
- Berringer, Tatiana. Nicos Poulantzas e os estudos das relações internacionais. Quaestio Iuris. Rio de Janeiro. v. 07, n. 02. p.433-452. 2014.
- Boito Jr., Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: Boito Jr., Armando; Galvão, Andrea. (org.). Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000. São Paulo: Alameda, 2012.
- Boito Jr., Armando. Reforma e crise política no Brasil: Os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo/Campinas: Editora Unesp e Editora Unicamp, 2018. 331p.
- Botão, Gustavo. A burguesia interna brasileira e a reforma neoliberal-ortodoxa no Mercosul (2019-2022). 2023. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, SP.
- Cavalcanti, Flávia, e Leonardo Granato. Mercosul e dependência externa: política externa e interesses de classe no Brasil e na Argentina. Sul Global. v. 1, n. 2, p. 64-96. 2020.
- CEMBRAR. Declaração Conjunta: Reunião Plenária – Conselho Empresarial Brasil Argentina 2021. 2021. Disponível em https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/4d/ff/4dff16e-d4ce-45bf-a966-0c4ec5ea7181/cembrar_-_declaracao_conjunta_brasilargentina_2021.pdf Acesso em 22 de julho de 2021.
- CEPAL. Regionalismo aberto na América Latina e no Caribe. IN: Bielchomisky, Ricardo (org.). Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. Pp.937- 958.
- CNA. O futuro do agro. [2017]. Disponível em https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/plano_de_estado_completo_21x28cm_web.pdf Acesso em 24 de outubro de 2021.

- CNA. O que esperamos do próximo presidente 2015-2018. 2014. Disponível em <https://pt.slideshare.net/BeefPoint/o-que-esperamos-do-prximo-presidente-web> Acesso em 11 de outubro de 2021.
- CNA. Perspectivas da agropecuária para 2011 e balanço de 2010. 2010. Disponível em <https://pt.slideshare.net/andreqcamargo/cna-perspectivas-da-agropecuaria-para-2011-e-balanode-2010> Acesso de 24 de outubro de 2021
- CNI. A indústria e o Brasil – uma agenda para crescer mais e melhor. 2010. Disponível em <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2012/9/a-industria-e-o-brasil-uma-agenda-para-crescer-mais-e-melhor/#apresentacao-em-power-point%20> Acesso em 24 de outubro de 2021.
- CNI. CNI e IndustriALL-Brasil pedem suspensão de proposta para a redução da TEC do Mercosul. 2021. Disponível em <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/internacional/cni-e-industriall-brasil-pedemsuspensao-de-proposta-para-a-reducao-da-tec-do-mercosul/#> Acesso em 15 de setembro de 2021.
- CNI. ENAI 2013: Aumento das exportações brasileiras depende de acordos. 2013. Disponível em <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/internacional/enai-2013-aumento-das-exportacoes-brasileiras-depende-de-acordos/> Acesso em 03 de novembro de 2019.
- CNI. Propostas da indústria para eleições de 2014. 2014a. Disponível em <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2014/11/propostas-da-industria-para-as-eleicoes-2014/#propostas-da-industria-para-as-eleicoes-2014-cni-proposals-for-the-2014-elections%20> Acesso em 24 de outubro de 2021.
- CNI. Acordos comerciais – uma agenda para indústria brasileira. 2014b. Disponível em http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2014/07/22/474/V30_Acordoscomerciais_web.pdf Acesso em 24 de outubro de 2021.
- CNI. Conclusões do 4 encontro nacional da indústria – Carta da Indústria – Prioridades e recomendações (2011-2014). 2014c. Disponível em http://arquivos.portaldaindustria.com.br/imgs/ENAI_09_CADERNO-CONCLUDES_WEB.pdf Acesso em 24 de outubro de 2021.
- CNI. Mercosul precisa priorizar agenda econômica, afirma Carlos Abijaodi. 2015. Disponível em <https://noticias.portaldaindustria.com.br/artigos/carlos-abijaodi/mercosul-precisa-priorizar-agenda-economica-afirma-carlos-abijaodi/#> Acesso em 06 de outubro de 2019.

- CNI. Agenda econômica comercial do Mercosul: documento de posição da indústria. 2017 Disponível em <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2017/4/agenda-economica-e-comercial-do-mercosul-documento-de-posicao-da-industria/> Acesso em 27 de julho de 2021.
- CNI. Agenda da indústria para o Poder Executivo 2016-2017. 2016. Disponível em http://sis.fieb.org.br/fieb/sgm/uploads/Arquivos/M_6f2303c5-eb44-45b9-8199-178475942869.pdf Acesso em 24 de outubro de 2021.
- Consejo Industrial del Mercosur. Declaración conjunta en el marco de la cumbre de presidentes del Mercosur. 2021. Disponível em https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/56/61/56611a27-b0a4-4619-9335-cc937dfed1ae/declaracion_conjunta_mercosur.pdf Acesso em 22 de do Mercosul. 2021a.
- Ferraz, Kayque. Burguesias, Estado e Regionalismos: uma análise do Mercosul. 2021a. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, SP.
- Ferraz, Kayque. O Mercosul e a Pandemia da Covid 19: considerações sobre a atuação do Estado brasileiro no enfraquecimento do bloco. IN: ANAIS DO XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DO FÓRUM UNIVERSITÁRIO MERCOSUL. 2021b. Disponível em https://www.congresso2021.fomerco.com.br/resources/anais/14/fomerco2021/1635269606_ARQUIVO_0d6f852af4ccc8cc00789807e0a7506d.pdf. Acesso em 05 de abril de 2022.
- FIESP. Documento de posição: agenda de integração externa. 2013. Disponível em <https://sitefiespstorage.blob.core.windows.net/uploads/2013/06/Agenda-deIntegra%C3%A7%C3%A3o-Externa.pdf> Acesso em 02 de novembro de 2019.
- FIESP. Documento de posição: proposta de integração externa da indústria. 2014. Disponível em <http://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=158013> Acesso em 02 de novembro de 2019.
- Granato, Leonardo. Brasil, Argentina e os rumos da integração: o Mercosul e a Unasul. Curitiba: Appris, 2015.
- Granato, Leonardo. Mercosur, inserción subalterna y burguesías internas de Argentina y Brasil. Izquierdas (Santiago), v. 49, p. 797-809, 2020.
- Granato, Leonardo, e Tatiana Berringer. A quarentena do Mercosul. 2020. Disponível em https://aterraeredonda.com.br/a-quarentena-do-mercosul/#_edn8 Acesso em 13 de dezembro de 2021.

- Granato, Leonardo, Guilherme Uberti, e Katiele Menger. O Mercosul e a Burguesia Agrária Brasileira no Período 2016-2020. *InterAção*. V.12, N.01, p.23-47. 2021
- Haas, E. The uniting of Europe: political, social, and economic forces, 1950-1957. 3^a ed. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004.
- Hiratuka, Célio. Impactos de China sobre el proceso de integración regional de Mercosur. IN: PETERS, E.D. (Coord.). La nueva Relacion Comercial de América Latina y el Caribe con China: ¿integración o desintegración regional?. Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China, Universidad Nacional Autónoma de México. 2016. p. 195-243.
- ICONE. Carta de posicionamento acerca das negociações do Acordo Mercosul-EU. 2012. Disponível em <http://www.iconebrasil.com.br/publicacoes/estudos/detalhes/604> Acesso em 24 de outubro de 2021.
- Kfuri, Regina. O Mercosul e o regionalismo multifacetado na América do Sul. Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UERJ. Rio de Janeiro. 2015. (Tese de Doutorado).
- Lima, Maria Regina Soares. Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. *Lua Nova*. São Paulo, n. 90, p. 167-201. 2013.
- Malamud, Andrés, e Clarissa Dri. Spillover Effects and Supranational Parliaments: The Case of Mercosur, *Journal of Iberian and Latin American Research*, 19 (2), pp. 224-238, 2013.
- Mariano, Karina, e Clarissa Ribeiro. 2020. A Pluralidade Institucional Como Ferramenta Política Na América Do Sul: Sobreposições Organizacionais e Fragmentação Regional. *Revista Tempo do Mundo*, nº 23 (dezembro): 35-60. <https://doi.org/10.38116/rtm23art2>.
- Martuscelli, Danilo. Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. *Crítica Marxista*, n.47, p.55-73, 2018
- Medeiros, Marcelo. Prerrogativas estatais e integração regional: a supranacionalidade como condição necessária à lógica distributiva. Um exercício comparativo entre a União Européia e o Mercosul. *Revista de Ciencias Sociales*. Ano XV, n. 20, p. 10-22., 2002.
- MERCOSUL. MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 32/00: Relançamento Do Mercosul -Relacionamento Externo. 2000. Disponível em: <https://normas.mercosur.int/public/normativas/1248> Acesso em 18 de outubro de 2021.

- MERCOSUL. Decisão sobre a suspensão da Venezuela no MERCOSUL. 2017. Disponível em <https://www.mercosur.int/pt-br/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-no-mercosul/>. Acesso em 09 de junho de 2023.
- Merino, Gabriel. Proyectos estratégicos e integración regional en América Latina: El surgimiento de la Alianza del Pacífico, el fortalecimiento del regionalismo abierto y el retroceso del regionalismo autónomo. *Relac. int., La Plata*, v. 26, n. 52, p. 17-38, jun. 2017.
- Ministério da Economia. Paulo Guedes defende reforma da TEC e flexibilização do Mercosul. 2021a. Disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/paulo-guedes-defende-reforma-da-tec-e-flexibilizacao-do-mercosul> Acesso em 22 de julho de 2021.
- Ministério da Economia. “A nossa missão é modernizar o Mercosul”, diz Paulo Guedes. 2021b. Disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/agosto/201ca-nossa-missao-e-modernizar-o-mercosul201d-diz-paulo-guedes> Acesso em 15 de setembro de 2021
- Moravcsik, Andrew. Preferences and Power in the European Community: a liberal european intergovernmentalist approach. *Journal of Common Market Studies*. V.31, N.4. p.473-524. 1993.
- Moura, Aline. Organizações internacionais de natureza supranacional e intergovernamental: o caráter híbrido da União Europeia e a Intergovernamentalidade do Mercosul. In: OLIVEIRA, O. (org.). *Organizações Internacionais e seus dilemas formais e informais*. 1 ed. Ijuí: UniJuí, v.1, p. 263-316. 2012.
- Oliveira, Felipe Antunes de. The political economy of permanent underachievement: a critique of neoliberalism and neodevelopmentalism in Argentina and Brazil. 2018. Doctoral thesis (PhD), University of Sussex.
- Onuki, Janina, e Amancio Jorge de Oliveira. Eleições, Política Externa e Integração Regional. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n.27, p.145-155, nov. 2006.
- Pecequillo, Cristina Soreanu. A América do Sul como Espaço Geopolítico e Geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. *Carta Internacional*, v. 8, n. 2, p. 100–115. 2013.
- Pinto, Ana Estela de Sousa. Bolsonaro lamenta eleição de Fernández e diz que não vai cumprimentar argentino. *Folha de São Paulo*. 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/bolsonaro-lamenta-eleicao->

- de-fernandez-e-diz-que-nao-vai-cumprimentar-argentino.shtml Acesso em 09 de junho de 2023.
- Poulantzas, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Poulantzas, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.
- Riggirozzi, Pia; Diana, Tussie. *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism in Latin America*. IN: Riggirozzi, Pia; Diana, Tussie (eds.). *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism. The case of Latin America*. Estados Unidos: Springer, 2012.
- Sanahuja, José Antonio. *Post-Liberal Regionalism in South America: The Case of UNASUR*. EUI Working Paper RSCAS 2012/05, 2012.
- Secem/Mercosur. *Sistema de Estatística de Comércio Exterior do MERCOSUL*. s.d. Disponível em: estadisticas.mercosur.int Acesso em 09 de junho de 2023.
- Serra, José. *Discurso de posse do Ministro das Relações Exteriores*. 18 de maio de 2016. Online. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. 2016. Disponível em <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/jose-serra-chirico-discurso-de-posse> Acesso em 19 de junho de 2023.
- UOL. *CNI diz que Brasil e Mercosul se isolam*. 2013. Disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/cni-diz-que-brasil-e-mercosul-se-isolam-docomercio-mundial.html> Acesso em 06 de julho de 2021.
- Veiga, Pedro da Motta, e Sandra Rios. *O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas*. Série Comércio Internacional, Santiago, n. 82, 2007.
- Vigevani, Tullo, e Haroldo Ramazini Júnior. *Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul*. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, pp. 517-552. 2014.